

## **ESTUDANTES OU PACIENTES? A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DE CONTROLE SOCIAL.**

Letícia Nascimento Mello; Cristiane Moreira da Silva

*Universidade Católica de Petrópolis*  
cristiane.moreira@ucp.br

**Resumo:** O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa documental cujo principal objetivo foi analisar se as instituições escolares vêm se apropriando de discursos e práticas medicalizantes a fim de justificar dificuldades de aprendizagem e comportamentos classificados como inadequados durante o processo de escolarização. Foram discutidos aspectos históricos, desde o surgimento da escola até a medicalização escolar como elemento da contemporaneidade em articulação com os registros dos encaminhamentos de crianças com queixa escolar das escolas municipais de Petrópolis para a Assessoria em Psicologia Escolar do Município, no período entre 2013 a 2015, contemplando do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Dentre os encaminhamentos foram analisados os que mencionam sintomas e diagnósticos ou solicitam avaliação médica e psicológica. Levando em conta a descrição dos dados, conforme foram registrados, foi possível verificar que a medicalização se faz presente nos encaminhamentos. As queixas mencionadas indicam mau comportamento ou agressividade como principal justificativa sendo estes tratados como patologias e conseqüentemente, submetidos à tratamento médico. Influências sociais, familiares, econômicas ou a própria instituição escolar não são colocadas em análise atribuindo à criança a fonte primária da queixa escolar e o tratamento individual como solução.

### **Palavras-chave:**

Escola, Controle Social, Queixa Escolar, Fracasso Escolar, Medicalização da Vida.

### **I. INTRODUÇÃO**

As questões que desencadearam a pesquisa desenvolvida foram desdobramentos do trabalho realizado pelas autoras em projeto de extensão da Universidade Católica de Petrópolis em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Petrópolis que acompanhou 300 crianças encaminhadas com queixa escolar. Nomeado Projeto INTEGRARE teve como objetivo intervir na tríade educando-família-escola priorizando a prática avaliativa e intervenções em grupo por profissionais da Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia; acompanhado de entrevistas e grupos de orientação aos responsáveis; visitas às escolas e cursos de capacitação para educadores. As crianças assistidas no INTEGRARE eram encaminhadas, devido a queixas escolares distintas, pelas escolas da rede municipal de ensino para as Assessorias de Psicologia Escolar e de Educação Especial da Secretaria de Educação e, após um contato inicial com o estudante e sua família, eram encaminhadas ao Projeto. Participando da equipe de psicologia fomos a porta de entrada para o

Projeto recebendo as famílias e analisando o encaminhamento que era realizado por escrito com uma justificativa. A prática e a análise dos dados coletados possibilitaram uma ampla observação, desde visitas a escolas com alto índice de encaminhamentos ao contato direto com os estudantes assistidos e suas famílias. Experiência esta, bastante enriquecedora, porém impactante ao deparar-nos com a quantidade de encaminhamentos direcionados a questões comportamentais e disciplinares dessas crianças dentro do contexto escolar, mesmo sendo um projeto cujo foco direcionava-se a questões de aprendizagem.

A fim de entendermos esses encaminhamentos optamos por realizar uma pesquisa documental na Assessoria de Psicologia Escolar da Secretaria de Educação, cujo principal objetivo foi analisar se as instituições escolares vêm se apropriando de discursos e práticas medicalizantes a fim de justificar dificuldades de aprendizagem e comportamentos. Analisamos os encaminhamentos das escolas municipais no período entre 2013 a 2015, contemplando do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, período de concentração dos encaminhamentos para Psicologia Escolar neste município. Embasados a partir da seguinte pergunta: Encaminhamentos para avaliações médicas ou psicológicas podem indicar que as instituições de ensino vêm se apropriando da medicalização como um meio de justificar a queixa escolar?

A partir da necessidade de identificar os fatores que interferem na produção da queixa escolar e verificar se estes mascaram práticas medicalizantes apontando possibilidades de intervenção no processo que possam cooperar com educadores, profissionais de saúde e administradores de instituições educacionais, é que esta pesquisa apresentada se justifica. Os norteadores teóricos utilizados foram as obras de COLLARES E MOYSÉS (1994, 1996, 2010) e PATTO (1987, 1996) uma vez que seus trabalhos são referenciais e pioneiros ao tratar da medicalização escolar no Brasil. O entendimento do conceito de medicalização é baseado na concepção destas autoras, ao julgarem como um fenômeno de transformação de questões “não médicas” em questões médicas.

Os conceitos de assujeitamento e controle social são oriundos de FOUCAULT (1975, 1977) visando analisar e problematizar os mecanismos de controle e punição. A problematização da instituição escolar embasa-se principalmente no conceito de docilização dos corpos FOUCAULT (1997) por meio dos mecanismos de vigilância e punição que justificam a incorporação de saberes produzidos historicamente, como verdades absolutas no senso comum. São analisadas as relações de poder que permeiam a instituição e os corpos submetidos à esta.

Os dados analisados apontam o crescente número de encaminhamentos entendidos como queixa escolar e índices significativos de uso de medicamentos psicotrópicos por parte dos encaminhados. Sendo assim, cria-se um enquadramento que exclui as questões que atravessam os sujeitos, por vezes, até aspectos sociais e normalizadores que já se arrastam por gerações para enquadrar o cotidiano como problema de ordem médica. Ao chamarmos a atenção para aspectos, práticas e discursos medicalizantes presentes em nosso cotidiano, a luta contra a medicalização ganha notoriedade. Seguindo de outro modo, impregnados de “supostos saberes” a não serem sequer questionados, nos tornamos cúmplices diretos ou indiretos da medicalização nos sistemas educacionais.

## **II. METODOLOGIA**

Por meio de um ofício endereçado à Secretaria de Educação do Município de Petrópolis, foi autorizado pela Subsecretária de Educação Infantil a presença de uma pesquisadora na Assessoria de Psicologia Escolar com acesso aos arquivos. A entrada em campo ocorreu em 16 de junho de 2016 a 01 de agosto do mesmo ano. A coleta de dados partiu da leitura de todos os encaminhamentos entre 2013 e 2015, de crianças do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, totalizando 254. Optamos pelo recorte de análise relativo aos três anos iniciais do Ensino Fundamental que constitui o ciclo da alfabetização e letramento, pois a partir da experiência no INTEGRARE, observamos que o maior número de encaminhamentos concentravam-se neste período escolar. Os encaminhamentos são recebidos por e-mail, impressos e armazenados em forma de arquivos em pastas, organizados de acordo com o nome da instituição em ordem alfabética.

Para tratamento dos dados recorreremos à análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações, cujo principal norteador foi: encaminhamentos para avaliações médicas ou psicológicas podem indicar que as instituições de ensino vêm se apropriando da medicalização como um meio de justificar a queixa escolar?

A escolha desse método partiu dos objetivos traçados para o estudo, sendo estes a leitura dos encaminhamentos e a elaboração de planilha em Excel, justificando-se pelo desejo de um levantamento no qual seja possível identificar e rastrear aspectos da queixa escolar contidos nos

encaminhamentos, investigando se há apropriação das instituições escolares aos discursos medicalizantes e ainda os motivos diretos ou indiretos que levam as escolas a encaminharem os estudantes a APE.

### **III. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil, a história da educação tem seu início com a chegada dos padres jesuítas no ano de 1549 que inicialmente, em 1540, pretendiam catequizar e escolarizar a população indígena que aqui estava. No entanto a educação direciona seu foco aos novos sacerdotes e aos filhos dos colonizadores. As escolas que existiam neste momento, eram estritamente direcionadas às elites. Somente em 1772 é implementado o ensino público e laico, que não era acessível a toda a população, lembrando que ainda existia a escravidão no Brasil e a educação não era considerada prioridade para a população negra e pobre neste contexto histórico.

Com a chegada da República em 15 de novembro de 1889, a escola desloca-se do poder exclusivo da Igreja e algumas mudanças são instituídas como a valorização do ensino e a seriação dos anos escolares, por exemplo. No entanto, eram restritas às elites da época. O movimento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” em 1932 buscava uma educação obrigatória, pública, laica, sem qualquer discriminação sendo um marco no processo de democratização da educação no Brasil (SAVIANI 2007).

Com o golpe militar em 1964 e a instituição da ditadura no Brasil a educação que vinha sendo construída a passos curtos e lentos, praticamente estagnou. Somente pós um longo tempo do fim da ditadura, a nova Constituição Federal é promulgada em 1988 deixando instituído o direito à educação para todos.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) – LDB, é implementada ganhando espaço como a mais importante lei no regimento é dela o crédito pela autonomia e flexibilização dos sistemas de ensino, a municipalização do ensino, a possibilidade da educação à distância, o direcionamento e a possibilidade de implementação da educação especial e inclusiva.

Para pensarmos a instituição escola é necessário nos reportamos ao seu processo de construção e suas transformações até chegarmos ao sistema educacional de hoje. Diante desta reflexão em que de fato avançamos na educação e no funcionamento escolar? Será que invés de

segregarmos pela faixa etária, raça ou cor, como fizemos no passado, atualmente estamos dando lugar à epidemia de diagnósticos como forma de segregação?

Ao longo da história que permeia a Educação, encontramos relatos de dificuldades na inserção e adequação de alunos ao ambiente escolar produzindo a queixa escolar. Souza compreende a queixa como “aquela que tem, em seu centro, o processo de escolarização. Trata-se de um emergente de uma rede de relações que tem como personagens principais, via de regra, a criança/adolescente, sua escola e sua família. O cenário principal em que surge e é sustentada pelo universo escolar” (SOUZA, 2007 p.100).

Foucault em seu livro *Vigiar e Punir* rompe paradigmas ao buscar problematizar parâmetros de comportamentos sociais, trazendo à tona aspectos como o poder e o saber, aspectos estes trabalhados como “instituições de sequestro”. Ao analisarmos o conceito de docilização dos corpos, proposto por FOUCAULT (1997) é possível entendê-lo como uma forma de “domesticação”. Ao sermos socializados somos invadidos pelas regras sociais e punidos quando nos tornamos desviantes dentro do contexto tendo como um de seus maiores objetivos a utilidade em formar corpos produtivos.

Em busca de docilizar corpos infantis, a escola tende aplicar seus dispositivos disciplinares. Basta um olhar atento à organização do espaço, por exemplo: a disposição das cadeiras, que individualiza e impossibilita a troca de experiências entre os discentes, o olhar e a atenção devem estar voltados à frente, para o professor.

Estudantes são orientados a sentar-se em suas carteiras, enfileirados de forma organizada e de fácil visualização para aquele que é o detentor do poder e o responsável pelas punições. O regime escolar, assim como qualquer outra instituição disciplinar, visa o controle e a uniformidade entre os presentes. O relato que segue ilustra o que FOUCAULT (1987) propõe ao dizer que existem relações de poder e certa variedade na forma com que podem ser configuradas, sendo o poder entendido como uma potência que coage, controla e principalmente disciplina sujeito: “É um aluno muito educado, carinhoso e tem um bom relacionamento com a professora. No entanto se mexe muito na carteira, não é de levantar, no entanto fala muito e às vezes atrapalha a aula” (Encaminhamento enviado à APE - Aluno de 9 anos do 3º ano do Ensino Fundamental, 2016).

Crianças que não se encaixam ou diferem daquilo que é esperado para elas, manifestam sua resistência a um sistema disciplinar através de seus comportamentos desajustados e

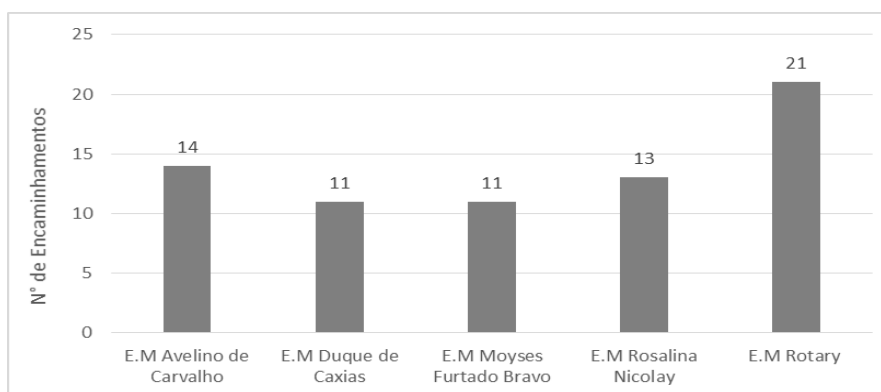
inquietos. Conforme exemplifica o seguinte encaminhamento: “Agressividade/agitação/ recusa na realização das tarefas. O aluno se coloca constantemente em situações de risco e está totalmente agitado e fora de controle” (Encaminhamento enviado à APE- Aluno de 7 anos do 1º ano Ensino Fundamental,2016).

O processo de medicalização da vida provoca uma série de reflexões, principalmente se associarmos historicamente o uso de medicamentos como formas de representação de supostos saberes e forma de demonstrar poder. Cabe ressaltar, que a crítica aplica-se a medicalização e não ao ato de medicar, sendo visto como o processo de prescrever remédios e a utilização dos mesmos em tratamentos, o que pode ser necessário e eficaz desde que seja feito com cautela. A medicalização deve ser compreendida como:

Processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do sujeito, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do singular e do coletivo. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.25).

No entanto nos cabe problematizar, uma lógica que facilmente tem sido aplicada onde em primeiro momento, exclui-se a escola e de imediato direciona-se a queixa ao aluno e sua família. Ao tomarmos o processo de aprendizagem de um estudante que em algum momento de sua trajetória escolar demonstre “dificuldade”, quase imediatamente surge o alerta: Será que isso é um sinal de mau funcionamento orgânico?

Gráfico 1 – Escolas que mais encaminham

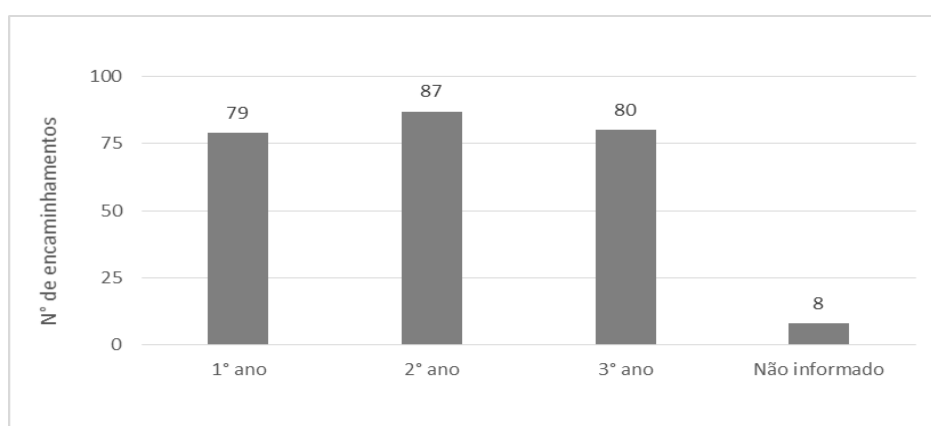


Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho.

No gráfico 1, os dados apresentados dizem respeito às escolas que mais encaminharam ao longo dos anos de 2013 a 2015. Optou-se por esse recorte para a criação do gráfico, no entanto foram analisadas 59 escolas no total.

A seguir, no gráfico 2 os dados relativos aos três anos iniciais do Ensino Fundamental que constitui o Ciclo da Alfabetização e Letramento onde não devem ser passíveis de interrupção, de acordo com a *Resolução n° 7, de 14 de dezembro de 2010*

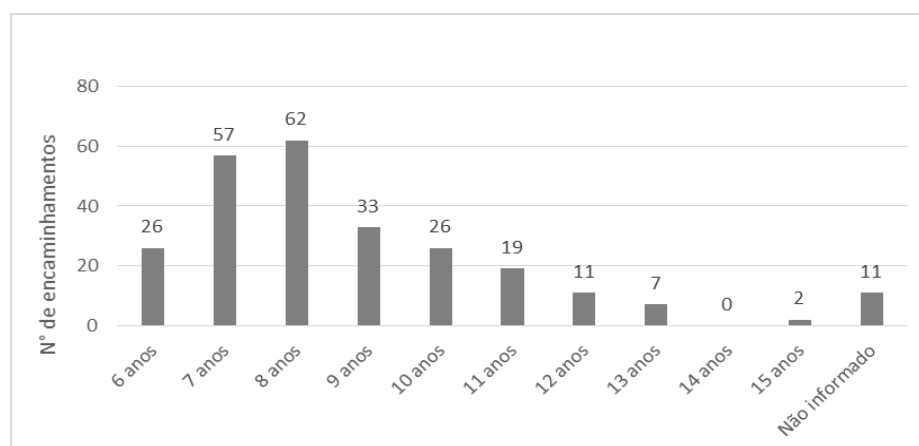
Gráfico 2 – Encaminhamentos pelo ciclo de alfabetização



Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho.

A partir dos gráficos 2 e 3, torna-se possível perceber os altos índices de encaminhamentos nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

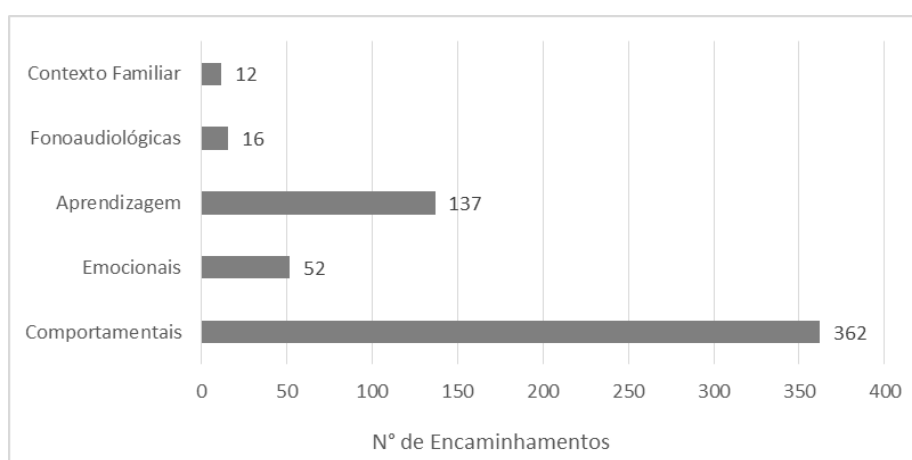
Gráfico 3 – Encaminhamentos por idade



Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho.

Os dados alarmantes retomam problematizações e considerações levantadas por FOUCAULT (1999), a sociedade moderna edificou pequenos tribunais normalizadores dos corpos, utilizando os dispositivos do exame, a sanção normalizadora e a vigilância contínua como maneira de, por meio de saberes e de poderes disciplinares e biopolíticos, julgar e classificar os corpos como normais e como anormais por meio da aproximação e do afastamento das regras sociais estabelecidas como modelos a obedecer. No gráfico 4 nota-se a categorização das queixas a partir das informações obtidas nos encaminhamentos. Foram contabilizados todas as queixas de cada encaminhamento por isso alguns se enquadraram em mais de uma categoria.

Gráfico 4 – Encaminhamentos por Queixas

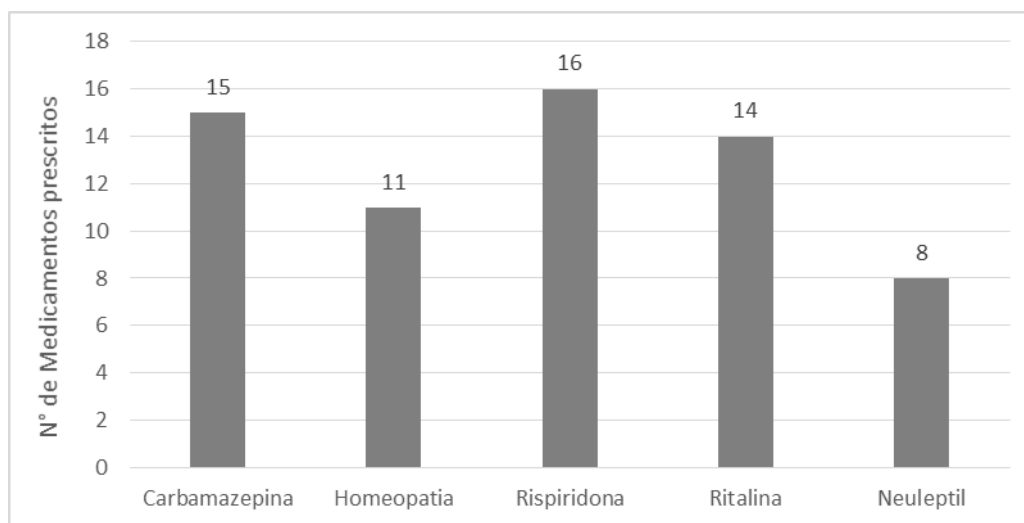


Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho.

Ao analisarmos é possível perceber o alto número de encaminhamentos direcionados a questões comportamentais. Nesta categoria estão as queixas de agitação, agressividade, desatenção, não cumprimento de normas e comunicação verbal entendida como incômoda pelos professores. Esses encaminhamentos buscavam uma compreensão médica para a queixa. Foram encaminhados para avaliação e os que foram tratados com psicotrópicos estão distribuídos no gráfico 5. Cabe destacar que em poucos registros constavam o resultado da avaliação e o acompanhamento da queixa o que pode significar que outros casos tratados com medicamentos não foram contabilizados.



Gráfico 5 – Medicamentos mais prescritos



Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho.

Cabe o questionamento: Qual é a função deste medicamento? A quem este medicamento visa beneficiar? A criança ou a escola que não consegue adotar meios para lidar com suas singularidades? Qual a responsabilidade dos profissionais de saúde envolvidos? Isenta-se as singularidades, dando espaço e visibilidade somente ao biológico. Respondendo a uma lógica medicalizante e normativa onde, determina-se e distingue-se aquilo que é considerado normal e patológico para o convívio social negligências aspectos sociais e a própria instituição na produção da queixa escolar.

#### IV. CONCLUSÕES

Por meio dos dados obtidos nos encaminhamentos de queixa escolar, é possível perceber o aumento do processo de medicalização da educação. O controle social é gerido a partir daqueles que ocupam lugares onde é possível inferir sobre sujeitos e analisá-los. No entanto, faz-se necessário expandir o olhar para que esta análise englobe também as questões contemporâneas e demandas sociais que esse tipo de processo visa atender. Olhar a história de quem não aprende e a partir disso construir perguntas históricas, políticas, sociais, relacionais e institucionais que são produtoras diretas na vida dessa criança. É tencionar a lógica patologizante que por inúmeras vezes ecoa dentro de nossas salas de aula e transformam-se em encaminhamentos, aos quais acompanhamos ao longo deste trabalho.

Ao medicalizar afirma-se a política educacional como algo que não precisa ser reformulado, pois a razão do problema encontra-se centralizada no aluno. Tal postura oculta à realidade educacional do nosso país com as salas super lotadas, as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos profissionais da educação e um currículo desarticulado da realidade dos estudantes.

A psicologia pode cooperar com este modelo medicalizante na medida que ao recebermos estas crianças encaminhadas, nos restringimos aquilo que nos foi pedido e pautado somente nos instrumentos de avaliação psicológica, colaboramos para a conclusão de diagnóstico que já havia sido sondado. Cabe a nós enquanto especialistas o olhar atento e criterioso, buscando sempre questionar qual a função daquele diagnóstico em potencial e a quem estávamos beneficiando em confirmá-lo ou não.

Durante todo o processo de análise dos encaminhamentos algo chamou-nos a atenção e diz respeito à falta de espaço aos encaminhados, é preciso escutar o que essa queixa quer dizer, pois tem sido produzida com base naquele que sequer tem a oportunidade ser ouvido, o aluno.

Por fim, a escola tem buscado romper às correntes que a prendem em um passado normatizador, a legislação cumpre seu papel ao provocar discussões sobre educar para diversidade, inclusão e acessibilidade no contexto escolar. Existem programas que trabalham relacionamentos e emoções, fazendo com que os estudantes entendam e aprendam como lidar e expressá-las de maneira mais assertiva. Além de capacitação para professores e gestores, ao passo que precisam entender e estarem aptos para lidar com singularidades. No entanto, caminha-se a passos curtos e com isso o discurso que rotula, segrega e estigmatiza continua a transitar por corredores e salas de aula do nosso país.

## **V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARIÉS, Philippe: **História Social da Criança e da Família**, Tradução: Dora Flaksman  
Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

APA (2014). *DSM 5. Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais, 5ª Edição*. Lisboa: Climepsi Editores.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (lei 9394/96), São Paulo: Avercamp, 2003.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORDIÈ, A. **Os atrasos não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Porto Alegre: Artes médicas (Artmed), 1996.
- CHAUÍ, M. de S. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MOYSÉS, M. A. A. A institucionalização invisível – crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas, **SP: FAPESP/ Mercado de Letras** 2001.
- PATTO, M. H. S. **O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso**. Cad. Pesq., São Paulo: 1988.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Tradução: Suzana M. de Alencar Carvalho e José Laurentino de Melo. Rio de Janeiro: Graphia; 2005
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação).
- SOUZA, B. DE P. (2007) **Funcionamentos escolares e a produção de fracasso escolar e sofrimento**. In: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp.241-278). São Paulo: Casa do Psicólogo